

**DEISE DA ROCHA MARINHO**

**A PARCERIA FAMÍLIA E ESCOLA: CONTRIBUIÇÃO NO  
PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA**

**GOIÂNIA**

**2020**

**DEISE DA ROCHA MARINHO**

**A PARCERIA FAMÍLIA E ESCOLA: CONTRIBUIÇÃO NO  
PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA**

Monografia elaborada para fins de avaliação parcial de Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Professora Orientadora: Ma. Zélia Maria Borges

**GOIÂNIA**

**2020**

# DEISE DA ROCHA MARINHO

## A PARCERIA FAMÍLIA E ESCOLA: CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA

Apresentação de TCC, na modalidade de Monografia, no Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Profª Orientadora: Ma. Zélia Maria Borges \_\_\_\_\_  
Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) \_\_\_\_\_ ( )

Apresentação Oral: (até 3,0) \_\_\_\_\_ ( )

Profª Convidada: Ma. Márcia Curado \_\_\_\_\_  
Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) \_\_\_\_\_ ( )

Apresentação Oral: (até 3,0) \_\_\_\_\_ ( )

Nota Final: \_\_\_\_\_ ( )

Goiânia, \_\_\_/\_\_\_/2020

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta Monografia à minha orientadora professora Zélia Maria Borges, cuja dedicação e paciência serviram como incentivos para a conclusão deste trabalho. Ao meu esposo Cleilton Alves que nunca me deixou desistir, e que em meio as minhas lágrimas de alegrias e de tristeza sempre foi um alicerce.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado forças para a conclusão dessa Monografia. Minha orientadora professora Zélia Maria Borges pela ajuda, preocupação e cuidado com a minha pesquisa. Meus sinceros agradecimentos a professora leitora Márcia Helena Curado, por ter aceitado realizar a leitura desta Monografia e por ter me proporcionado maravilhosas aulas de Estágios. Por fim, ao meu esposo Cleilton, minha mãe, meu pai e todos os meus irmãos e minhas amigas Isabella e Jane que sempre torceram por mim.

“A família é considerada a primeira agência educacional do ser humano e é responsável, principalmente, pela forma com que o sujeito se relaciona com o mundo” (Oliveira e Araújo, 2010).

## SUMÁRIO

RESUMO.....	8
INTRODUÇÃO .....	9
CAPITULO 1 A CONCEPÇÃO HISTÓRICO SOCIAL DA FAMÍLIA E SUA ORGANIZAÇÃO.....	13
CAPÍTULO 2 A PARCERIA FAMÍLIA E ESCOLA: CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA CRIANÇA .....	22
2.1 A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA: AVANÇOS E POSSIBILIDADES.....	22
2.2 NOVAS PERSPECTIVAS NA RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA.....	27
CAPÍTULO 3 A RELAÇÃO FAMÍLIA ESCOLA: UM BREVE OLHAR NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID 19 .....	34
3.1 A RELAÇÃO FAMÍLIA NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID 19 ....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	41
REFERÊNCIAS.....	43

## RESUMO

### A PARCERIA FAMÍLIA E ESCOLA: CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA

Deise da Rocha marinho\*  
Zélia Maria Borges\*\*\*\*

**RESUMO:** Esta Monografia, de cunho bibliográfico, tem como objetivo discutir a parceria da família e a escola, e a importância da parceria para o processo de ensino e aprendizagem da criança. Este estudo fundamentou-se em teóricos especialistas na área, e em artigos científicos desenvolvendo, assim, uma pesquisa, com análise qualitativa. Num primeiro momento, procurou-se descrever sobre a concepção histórico social da família e sua organização, e parceria família e escola: contribuição no processo de aprendizagem da criança. Por fim, realizou-se um breve olhar para a família no cenário da Covid- 19, e concluiu-se que os pais na pandemia, se aproximaram mais dos professores dos seus filhos. Com isso, a escola deve reconhecer e organizar-se pedagogicamente no sentido de ter a família como parceira para a finalidade da formação do sujeito.

**Palavras-chaves:** Família, Escola, Ensino-Aprendizagem, Criança, Professores.

\*Deise da Rocha Marinho, aluna do Curso de Pedagogia da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

\*\*\*Orientadora professora Zélia Maria Brandão, Professora do Curso de Pedagogia da escola de Formação de Professores Humanidades da pontifícia Universidade Católica de Goiás.

## INTRODUÇÃO

Esta Monografia cumpre as exigências para a finalização do Curso de Pedagogia da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. De acordo com o Documento das Diretrizes para elaboração do Trabalho Monográfico do Curso de Pedagogia a Monografia (2014), objetiva aos acadêmicos a produção intelectual para se ter o domínio e a capacidade de ler de forma crítica, elaborar síntese, referenciar dados e fazer abordagens aos métodos teóricos-metodológicos.

Neste sentido, segundo o regulamento Geral dos Trabalhos de Conclusão de Cursos de Graduação, (PUC/CEPEA, 2011) o TCC possibilita aos acadêmicos demonstrem interesse em explicar os aspectos da realidade, mediante um planejamento a partir de um objeto de investigação específico pela relação de tempo-espaço, conforme uma postura ética e crítica para o curso de graduação. Pois, o TCC é uma atividade acadêmica que visa ao estudante sistematizar conhecimento adquirido durante o curso, por meio de pesquisas. Essas primeiras experiências vividas, contribui com o desenvolvimento da autonomia e adquire-se base para produzir o Trabalho de Conclusão do Curso.

Portanto, no Curso de Pedagogia da PUC GOIÁS, para se obter o título de graduação, o acadêmico terá que produzir o trabalho monográfico, entre outros requisitos como: estágios, monitoria, participação nos eventos científicos, entre outros. Esse trabalho será feito em dois semestres pela disciplina: Monografia I e Monografia II, as duas se complementam, e o trabalho conclui-se em (1) ano. Neste sentido, para cumprir as exigências para a finalização do curso, esta Monografia tem como objetivo compreender a importância da relação e da participação da família na escola e a contribuição dela no processo de ensino e aprendizagem da criança.

Para tanto, a problemática a ser investigada é: Qual a importância da parceria entre a família e escola, e sua relação na aprendizagem da criança? A decisão da escolha para a compreensão deste tema é em razão da ausência da

participação de meus pais na minha infância, para me ajudarem nas tarefas da escola, nem mesmo participavam das reuniões escolares. Entendo que porque trabalhavam, não disponibilizam de tempo para acompanhar eu e meus irmãos na escola e com as tarefas de casa. Na época me sentia responsável por mim e meus irmãos para acompanhá-los na escola e ajuda-los com as tarefas escolas. Ao ver meus primos indo acompanhados de seus pais na escola, me sentia mal porque meus pais não tinham a mesma participação na minha vida escolar. Hoje ao ver as mães levarem seus filhos na escola e acompanha-los nos deveres escolares, penso que se eu tivesse tido a mesma atenção, talvez teria me desenvolvido mais, e teria mais vontade para ir participar das aulas. Eu ia às aulas, mas só por ir mesmo, minha aprendizagem não foi uma das melhores, sei que não me esforcei o suficiente, mas por não ter o acompanhamento dos meus pais, fui levando a vida escolar, como simples forma de terminar os estudos para trabalhar quando crescesse.

Pensando nisso, durante meu Estágio do Curso de Pedagogia vivenciei com as crianças no CEI a mesma situação que passei em minha infância. Analisei que as crianças que tinham o apoio da família na sua vida escolar, não só conseguiam se desenvolver melhor, mas tinham mais segurança para participarem e se desempenharem melhor as atividades propostas. Quando uma criança percebe que seus pais se interessam por seus estudos, ficam felizes e criam autoestima, pois, todos gostamos de ser valorizados, principalmente uma criança na sua infância. Isso vai marcá-la para o resto da sua vida, de uma forma positiva ou negativa.

Neste sentido, esta Monografia, discute o seguinte tema: A Parceria Família e Escola: Contribuição no Processo de Ensino e Aprendizagem da Criança. A relação família-escola é significativa e de extrema importância na construção da identidade, da autonomia, do conhecimento e do exercício de cidadania, bem como para o sucesso no desenvolvimento intelectual e na formação do indivíduo como um todo.

Porém, antes, é necessário compreender como que historicamente a família foi se organizando. Compreende-se que a família é um conjunto onde seus integrantes participam num mesmo cenário social de relacionamento. É na família que a criança dá seus primeiros passos rumo à sua longa caminhada e aprende sobre a desigualdade, a união, a separação e os afetos emocionais.

Para a sociedade, a família promove a união e estabelece um momento de participação entre pais e filhos, além de ensinar, a conviver socialmente enquanto primeiro espaço de socialização. Pois, de acordo com Oliveira e Araújo (2010): “A família é considerada a primeira agência educacional do ser humano e é responsável, principalmente, pela forma com que o sujeito se relaciona com o mundo” (p. 02).

É importante ressaltar que mesmo que a escola dê sua contribuição na educação da criança, a família é a maior responsável pela educação de seus filhos. É no âmbito familiar que a criança aprende seus primeiros passos, suas primeiras palavras, identidade e caráter, conforme a afirmação acima. Observa-se que, quanto mais os familiares se envolvem com a educação dos filhos e participam da sua vida escolar ativamente, os resultados de aprendizagem das crianças são melhores.

Em vista disso, é destacado a necessidade de uma parceria entre família e escola, visto que, apesar de cada uma apresentar valores e objetivos próprios, no que se refere à educação de uma criança, tanto a escola como as famílias necessitam uma da outra. Por isso, os objetivos deste trabalho monográfico são: compreender a importância da parceria entre a família e a escola no processo de ensino e aprendizagem da criança; conhecer o conceito de família e suas diferentes concepções no contexto histórico e atual, para compreender qual é seu papel juntamente com a escola na aprendizagem e no desenvolvimento dos sujeitos; estudar os tipos de organização familiar; apontar a importância da participação da família na vida escolar das crianças, para uma aprendizagem e desenvolvimento integral da criança e compreender o papel da família na relação família e escola.

Para este fim, esta Monografia tem como aporte metodológico a Pesquisa Bibliográfica de natureza qualitativa. Segundo Severino (2007) a pesquisa bibliográfica é necessária para qualquer tipo de trabalho científico que o pesquisador vai realizar e sua natureza qualitativa aprofunda do ponto vista teórico os fundamentos epistemológicos.

Neste sentido, esta Monografia discute a temática: “A Parceria Família e Escola: Contribuição no Processo de Ensino e Aprendizagem da Criança” a partir da realização das leituras dos seguintes autores: Oliveira (2009); Oliveira e

Araújo (2010); Nogueira (2005); Nogueira e Resende (2020) e Bernardo (2020). Para tanto, esta Monografia está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo discuti a Concepção Histórico Social da Família e sua organização, em seguida a Parceria Família e Escola: Contribuição de Aprendizagem da Criança. E por fim, A Relação Família Escola: Um Breve Olhar no Contexto da Pandemia da Covid-19.

## CAPÍTULO 1

### A CONCEPÇÃO HISTÓRICO SOCIAL DA FAMÍLIA E SUA ORGANIZAÇÃO

Neste capítulo aborda-se aspectos históricos, e modelos diferentes de famílias que com o passar do tempo vem se modificando e adquirindo novas configurações. É fundamental refletir sobre as diferentes configurações e dinâmicas familiares, para desta forma compreender os discursos de participação dos pais na vida escolar dos filhos. Esta discussão está referenciada na autora Oliveira (2009).

Oliveira (2009) é uma autora que faz importantes discussões a respeito da relação família e escola. A autora apresenta as transformações que ocorreram na família contemporânea desde o início da industrialização, com as alterações nas características familiares e sociais. Com o avanço da economia até as mulheres tiveram que deixar seus trabalhos domésticos, e passarem ao trabalho assalariado.

No entanto, mesmo com essas mudanças, continua o controle familiar conjugal de antes, em que a mulher é controlada sexualmente para preservar o nome da família na sociedade. Na opinião da autora, todos os costumes antigos, podem ou não estar presentes na sociedade atual, mesmo que de forma mascarada.

Porém, para Levi-Strauss (1956, *apud* OLIVEIRA, 2009): “[...] a família baseada no casamento monogâmico era considerada instituição de “louvor e carinho”, fato esse que ainda permanece até hoje em nossa sociedade” (p. 3).

Nessa perspectiva Levi-Straus (1956, *apud* OLIVEIRA, 2009) afirma que de acordo com a antropologia, a família não é uma “evolução lenta e duradoura” e sim uma união mais ou menos duradoura” que se constitui por um homem,

uma mulher e seus filhos de forma universal e aprovada pela sociedade. Por isso, existem vários conceitos sobre a forma de organizar a família. Mesmo estando no século XXI, ainda existe o conservadorismo patriarcal dentro da família, onde a mulher é oprimida de várias maneiras para manter as aparências diante da sociedade.

Segundo a autora não é possível classificar só um tipo de família. Muitas mudanças sociais ocorreram do século XX para o século XXI, com relação ao conceito de família: algumas famílias vivem somente de aparências, outras casam apenas para realizar um sonho, e ainda há os que apenas querem se instabilizar financeiramente.

Segundo Ferrari & Kaloustian (2002, *apud* OLIVEIRA, 2009): “A família, da forma como vem se modificando e estruturando nos últimos tempos, impossibilita identificá-la como um modelo único ou ideal” (p. 5). Neste sentido, os arranjos familiares vão se organizando de diversas maneiras: pode haver uniões entre pais separados e divorciados, maridos de outros casamentos com filhos, mães solteiras com filhos de pais diferentes, pais que criam filhos sozinhos, avós que criam seus netos e uma infinidade de arranjos familiares.

Devido, a essas formas de modelo diferenciado de família: “cada vez mais, são encontradas famílias cujos papéis estão confusos e difusos se relacionados com os modelos tradicionais, cujos papéis eram rigidamente definidos” (p. 4). Esses modelos de famílias estão modificados em relação ao modelo tradicional, pois, as pessoas dessas famílias estão se questionando mais, ou seja, estão em um processo de mudança na maneira de viver. Portanto, essa mudança tem obtido novos resultados na “Nova Família”: pais que se separam e casam de novo, tendo outros filhos, com isso altera o contexto familiar e se coleciona meio-irmão e irmãs, novos tios e pais adotivos.

De acordo com Oliveira (2009) para os profissionais da Psicologia essas famílias são chamadas de “Famílias Mosaico”, nesse processo de mudança o que se vê é que o modelo tradicional ainda está internalizado operando enquanto surgiu novas maneiras de ser família, com diferentes conceitos do modelo anterior, causando certas contradições no próprio contexto familiar e adequando os prós e os contras das formas de família aqui citadas. A autora afirma “que há uma herança simbólica transmitida entre as gerações que revela tais modelos de família e orienta a socialização dos segmentos sociais” (p. 6) e que essa

tendência atual é para que a convivência familiar seja socializada e visualizada: um lugar onde possa ter mudança por meio do diálogo.

Nesse mundo familiar, existem várias formas de organização da família, crenças, valores, e a busca de soluções para os desafios encontrados. No Brasil os profissionais que trabalham com famílias tentam buscar e compreender essas novas estruturas familiares e as mudanças dentro da sociedade. Entretanto, com a legalização do divórcio e com as discussões referentes aos papéis sociais de cada composição de família têm-se questionado sobre as mudanças e o valor do casamento, que era indissolúvel e inquestionável. Esse é um indício de que está se iniciando um processo de mudança na estrutura da família brasileira.

OLIVEIRA (2009) afirma que com a legalização do divórcio a lei passa a permitir uma pessoa se divorciar ou casar-se quantas vezes desejar, com isso provoca-se transformações no âmbito da família. Bilac (1995, *Apud* OLIVEIRA, 2009) observa que:

Pode-se especular sobre as implicações e significado das separações e recasamentos e sobre as concepções de família e parentesco, pois surgem novos status familiares, aos quais correspondem novos papéis e que ainda não dispõem de nomenclatura em nossa classificação de parentesco (p. 6).

A autora afirma que apesar de terem surgido muitas denominações atuais de família, como família reestruturada, reconstruída, reorganizada, nova família, que não existe conceito novo de família, pois, dentro do seio familiar existem diversas formas de configurar a família, portanto, não existe um modelo exclusivo de família. No entanto com vários estudos sobre família ainda há dificuldade para entender o conceito de tais configurações familiares.

Essas famílias estão cada vez mais presentes e tendo mais visibilidade na sociedade, mas não se pode afirmar que são aceitas socialmente, por isso em meio a tantas diversidades de pessoas que compõe essa nova configuração, faz-se necessário refletir sobre a maneira que tais componentes estão se sentindo diante dessa nova situação desse novo mundo que vivencia, dessa nova maneira de ser família. A afetividade, nesse contexto familiar, pode definir direções e ações do modo de ser de cada membro da família, para a construção de sua identidade.

Oliveira (2009) observa que segundo a Constituição de 1988, o que se verifica é que houve expansão no conceito de família, pois, houve o

reconhecimento das famílias monoparentais e uniões estáveis. Mesmo com esses direitos reconhecidos juridicamente, isso ocorreu de forma lenta. Afinal, nessa época o que imperava nessa sociedade era o conservadorismo.

A autora destaca ainda outro modelo de família que são as famílias monoparentais, a qual é organizada apenas por um progenitor com filhos sem o cônjuge. Para essas famílias podem existir o lado bom e o lado difícil de viver, pois precisam da compreensão de todos. Para esse modelo, afirma-se que houve avanços e também conquistas, mas, ao mesmo tempo, um grande desafio: “viver em família no mundo contemporâneo”. Diante disso, a história nos revela que com o passar dos tempos, com as transformações e avanços sociais que ocorreram, a mulher passa a assumir papéis que anteriormente era designado ao homem. Nesse contexto, segundo a autora: “a mulher assume um papel extremamente importante no que diz respeito a postura masculina, provocando um repensar nessa mesma postura” (p. 11). Conforme Dalbério (2007, *apud* OLIVEIRA, 2009):

Essa nova dimensão na qual o homem deve assumir tarefas domésticas cria em muitos deles uma situação de revisionismo de todas as ideologias que diz respeito ao machismo. É óbvio que muitos ainda não estão entendendo essa nova situação, vivem como se a mulher ainda devesse prestar-lhe todos os serviços e ainda lhe ajudasse na manutenção das despesas familiares carregam ainda em consciência as visões burguesas de família, cujo modelo o homem tem direitos, por manter a família (p. 11)

Oliveira (2009) observa que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Pesquisa Nacional por Amostra o (PNAD), em 2003, as famílias foram distribuídas em: “Família Unipessoal; casal com filhos (nuclear); casal sem filhos; mãe (pai) sem cônjuge, dentre outras formas de organização” (p.11). Com essas transformações, muitas coisas ainda precisam ser refletidas. Houve avanços familiares, mas, mesmo assim, com todos esses avanços ainda há a desvalorização do trabalho da mulher. Essa desvalorização pode ocorrer por causa do acesso a políticas públicas, a escola e as condições culturais a que vive. Isso tudo, influência na má remuneração salarial da mulher e as tarefas a que são submetidas. Tudo isso pode ocasionar desgaste a mulher por não ser reconhecida no mercado de trabalho e nem em casa, onde continua

sua jornada de trabalho sem ter seu potencial reconhecido. Para a autora essas maneiras de configuração familiares são “devidas as circunstâncias da vida e não uma opção de vida” (p. 13).

Contudo, a autora afirma que esses arranjos familiares nem sempre começam com um casamento, na família monoparental, tem apenas a figura de um dos cônjuges sem filhos. Não se pode negar que:

O modelo de família nuclear brasileira, que se estabeleceu como padrão no ocidente, começou a mudar, ainda que de forma desigual em suas diversas regiões. Embora não tenha afetado todas as partes do mundo igualmente, de maneira geral aumentou a tendência de famílias chefiadas por mulheres e de pessoas vivendo sozinhas (FILHO, 2007, *apud* OLIVEIRA, 2009. p. 14).

Contudo, não se pode negar no contexto social a importância da família, que continua sendo um lugar valorizado para formar pessoas. É necessário pensar a família e suas especificidades e o que significa ser família, segundo José Filho (2007, *Apud* OLIVEIRA, 2009):

É preciso levar em conta a família vivida e não idealizada, ou seja, aquela na qual se observam diversas formas de organização e de ligações e na qual as estratégias relacionadas a sobrevivência muitas vezes se sobrepõem aos laços dos parentescos (p. 15).

Ao longo da história com as mudanças que houveram na família com a aceleração do capitalismo as famílias modificaram a maneira de viver em sociedade “a família sofre influência da sociedade, ao mesmo tempo em que exerce determinadas influências na sociedade” (p.17).

A autora enfatiza a individualidade a todo homem como necessária, e que não pode ser confundida com o individualismo e atitudes egoístas. Para compreender a realidade das famílias na sociedade atual é preciso verificar suas influências e seu papel nessa sociedade. Nesses novos tempos a questão das drogas e o consumo de álcool em excesso afetam as relações familiares. Por causa de inúmeros fatores existe a violência doméstica que às vezes nem está relacionada com o álcool ou com a droga. Devido a todas as condições sociais

que as famílias passam também pela violência urbana, deixando como consequência o crime, mortes, tráficos.

A autora cita pesquisa que foram realizadas no ano de 2006 com as famílias brasileiras, onde mostra que vem diminuindo os habitantes por domicílio, vale ressaltar também a forma escassa de sobrevivência no cotidiano da vida familiar por causa dos rendimentos mensais familiares *per capita* no Brasil. Nessa perspectiva, a autora faz uma reflexão sobre os conceitos prontos e o preconceito das novas configurações familiares, e sobre essas questões no contexto familiar precisa-se refletir acerca das políticas de atendimento dessas famílias com o apoio do profissional da assistência social. Com a crise do mundo do trabalho, surgiram alguns fatores que contribuíram para o trabalho social das famílias e das políticas de atendimento atendendo suas necessidades, onde o capitalismo teve sinais de esgotamento no final da década de 1960 e final do século XX, e trouxe inúmeras consequências.

Conforme Oliveira (2009) o rompimento com o pleno emprego: “Keynesiano-Fordista, tão propagado como uma das principais características do Estado de Bem-Estar Social” (p. 21), juntamente com a crise, houve mudanças das políticas públicas de âmbito internacional e nacional. Com o liberalismo, trouxe a desestruturação do Welfare State, influenciado por seus próprios ideais.

Portanto, no estado de Bem-Estar-Social tinha a participação ativa do Estado, já o liberalismo, que surgiu após a segunda guerra mundial, busca combater o Keynesianismo e o Solidarismo reinantes: “buscando o preparo do terreno para o capitalismo duro e impetuoso” (OLIVEIRA, 2009, p. 22). O avanço do neoliberalismo aconteceu de 1969-1973, onde afirmavam que a crise vivida era resultada do poder excessivo dos sindicatos, movimentos operários e que os mesmos “corroem as bases da acumulação e do aumento dos gastos sociais do Estado” (p. 22).

Além disso, defendiam que na regulação do comércio exterior e nos mercados financeiros, o Estado não deveria intervir, pois, entendiam que o movimento livre dos capitais teria maior garantia de eficiência na redistribuição dos recursos internacionais. E tinham como grande meta a estabilidade monetária: “que seria assegurado mediante a contenção dos gastos sociais e

com a manutenção da taxa de desemprego, além das reformas fiscais e da redução dos impostos para os altos rendimentos” (p. 22)

Oliveira (2009), afirma que por consequência do neoliberalismo, surgiram efeitos destrutivos na vida da classe trabalhadora: o aumento do desemprego, e em algumas situações, a destruição dos postos de trabalhos não qualificados, redução dos salários, por causa do aumento da oferta de mão de obra, além das reduções de gastos com as políticas sociais. Por isso, o Estado transfere para a família a responsabilidade do seu sustento, mas não oferece meios de sobrevivência.

Oliveira (2009) observa que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), instituído a partir de 2004, realizou as alterações no quadro da assistência e teve alguns avanços: “tais como a descentralização e a participação, considerando a dimensão territorial, fortalecendo as dimensões da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), no que diz respeito a articulação entre planos, fundos e conselhos” (p. 23). Por esse motivo, a política social não conseguiu diminuir o quadro da pobreza no Brasil.

Segundo a autora, na experiência brasileira pode-se observar políticas públicas após a década de 1970, onde houve uma especial atenção à mulher no grupo familiar, dando-lhes condições de habilidades e atitudes para governar o lar. Já na década de 1990, o olhar das políticas públicas foi voltado para as crianças na família com a promulgação da Constituição Brasileira e o Estatuto da Criança e do Adolescente que estabelece que: “ lugar de criança é na família, na escola e na comunidade” (p. 24).

Entretanto, na época do “welfare state” quando o emprego era pleno e tinha a oferta de políticas sociais universais, a família não parecia ser importante, sendo que atualmente, passa a ser de caráter primordial na sociedade capitalista. A autora afirma, que devemos compreender que a família é essencial na sociedade, não com conceitos conservadores, pois, houve mudança em sua configuração, mas sim: “reconhecendo que as possibilidades de proteção, socialização e criação de vínculo são presentes e essenciais aos indivíduos” (p. 24). Portanto, nesse sentido, as famílias estão no centro da atenção e da proteção social. Essa mesma sociedade, que está avançando tecnologicamente e tendo mudanças produtivas, é a mesma que apresenta vulnerabilidade,

quando se trata de vínculos relacionais. Segundo Carvalho (2007, *apud*, OLIVEIRA, 2009):

Portanto, novos desafios estão postos: “a partilha na responsabilidade de proteção social, que é justificada pela pobreza, pelo desemprego, pelo envelhecimento populacional; a partilha de responsabilidades formativas, diante do individualismo presente, da perda de valores da ineficácia dos educadores institucionais na socialização de crianças e adolescentes; o descrédito e o descarte de solução institucionalizadas de proteção social, como internatos, orfanatos, manicômios (p. 26).

Oliveira (2009) aponta que o que está presente atualmente, são recursos combinados e meio mobilizáveis do Estado, do mercado, das organizações não governamentais (ONGs): “das organizações sociais sem fins lucrativos e da rede de solidariedade existentes nas famílias, nas igrejas, na própria população local. As políticas sociais apresentam-se com as responsabilidades partilhadas” (p. 26). Segundo a autora muitos desses programas sociais estão voltados para a população mais vulnerabilizada pela pobreza e que estão desassistidas em suas necessidades básicas, pois, esses programas visam garantir à família recursos para a alimentação básica e manter seus filhos na escola.

De acordo com Oliveira (2009) esses recursos são necessários, mas precisa-se repensar as ações emancipatórias, que aparecem sem grandes expectativas de grande visibilidade. Programas socioeducativos e culturais, entre outros, são exemplos de ações para enfrentar as questões sociais. Diante disso, só os trabalhos sociais citados não estão conseguindo atingir toda demanda, precisa-se realmente trabalhar com as famílias em uma perspectiva emancipatória. Pois esses programas sociais não têm a perspectiva de buscar emancipação, para que as famílias possam ser fortalecidas em suas capacidades. Nessa perspectiva, Carvalho (2007, *Apud* OLIVEIRA, 2009, p. 28) tece uma crítica ao olhar da política pública:

- Eleger apenas a mulher na família como porta de relação e parceria;
- Pensar idealizadamente num padrão de desempenho da família, que ostenta diversas formas de expressão, condição de maior ou menor vulnerabilidade afetiva, social ou econômica, ou ainda fases de seu ciclo com maior vulnerabilidade, disponibilidade e potencial;
- Oferecer apenas assistência compensatória com escorço investimento no desenvolvimento da autonomia do grupo familiar.

Essa política no contexto neoliberal e capitalista, tem muito ainda que crescer. Enquanto isso não acontece, a família vem buscando muitas estratégias de sobrevivência. Nesse contexto de sobrevivência, a principal preocupação da família, são as condições materiais. Nesse sentido, “o que podemos verificar é que a família fica com a parte pior: a de sobreviver sem os mínimos meios de consegui-los” (p. 28).

Oliveira 2009 afirma, que em meio as questões sociais que existem no mundo atual, podemos ver o aumento da desigualdade, principalmente na vida das famílias que são atendidas pelo serviço social. Diante dessa realidade o serviço social, tenta atender as necessidades da realidade atual: “Buscar o trabalho com as famílias na perspectiva de totalidade significativa, considerando-se como sujeito histórico e assim, sendo, vivenciar as manifestações da questão social no cotidiano de suas vidas” (p. 39). Diante dessa realidade a ação do profissional do serviço social se configura uma prática social “em uma visão de homem e de mundo” (p. 41).

Oliveira (2009) observa que se queremos uma sociedade diferenciada, onde exista justiça social e garantia de direitos, precisamos iniciar nossa ação profissional de maneira concreta e diferenciada. Enfim, a autora afirma que independente da configuração familiar, “a família pode ser um local para a construção da identidade pessoal e social, já a ação profissional, pode propiciar aos membros dessa família a construção dos indivíduos sociais” (p. 44).

Para isso, os profissionais da assistência social precisam acreditar na construção de um mundo melhor, onde as famílias possam, ao menos, ter acesso à educação, a habitação, a alimentação, ao lazer e a cultura, conforme a Constituição Federal (1988).

Portanto, a organização familiar vem ganhando espaço diferenciado na sociedade e na própria dinâmica familiar. A partir dos estudos realizados neste capítulo, verifica-se que no decorrer da história da humanidade o conceito de família foi se transformando. Com a chegada do capitalismo a busca pela sobrevivência, as desigualdades sociais, fez com que a família se adequasse a diferentes realidades e épocas. Dessa forma, no próximo capítulo é realizado um estudo no sentido de compreender a importância da parceria entre a família e a escola para o processo de aprendizagem da criança.

## **CAPÍTULO 2**

### **A PARCERIA FAMÍLIA E ESCOLA: CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA CRIANÇA**

Sabe-se que é na família que a criança encontra, em primeiro lugar, a estrutura psicológica, afetiva, cultural, econômica, educacional, enfim de formação geral para se inserir na sociedade. Neste capítulo as autoras Oliveira e Araújo(2010) e Nogueira (2005), discutem a parceria entre família e escola, e como essa parceria é importante para o processo ensino e aprendizagem da criança.

#### **2.1 A relação família e escola: avanços e possibilidades**

Segundo Oliveira e Araújo (2010) a relação escola e família tem sido pouco pesquisada, apesar de a família e a escola serem as principais instituições responsáveis no desenvolvimento humano. As autoras afirmam que: “A família é considerada a primeira agência educacional do ser humano e é responsável, principalmente, pela forma com que o sujeito se relaciona com o mundo” (p. 02)

Com o passar do tempo o conceito de família vem mudando, e, com isso, existem várias formas de ver a família. Diferentemente do modo tradicional em que a família era só o pai a mãe e a criança, hoje surgiram diversas formas de família incluindo casais homossexuais. A educação e a escola andam juntas, mas não significa que a escola tem toda a responsabilidade de educar, sendo que grande parte dessa responsabilidade recai sobre os pais, ou seja, a família precisa promover esse educar e assegurar o desenvolvimento moral e intelectual da criança.

De acordo com Oliveira e Araújo (2010) é reponsabilidade da família transmitir os valores morais para que os sujeitos possam adquirir os costumes e valores. Na perspectiva tradicional a família tem a responsabilidade da educação primária da criança, preparando-as culturalmente para serem seres sociais. Em contrapartida a escola tem a função de socializar, por ser uma instituição sistematizadora, precisa ser pensada como um caminho entre família e sociedade que traz novas experiências e onde a criança tem contato com novos costumes e culturas.

A escola é para a sociedade uma extensão da família, porque ela é uma das principais instituições que contribui para a formação do indivíduo e sua participação na sociedade, ou seja, na perspectiva de formar cidadãos críticos e conscientes. A escola e a família têm objetivos distintos, sendo que a escola ensina a criança a pensar, refletir a conviver socialmente, no intuito de formar humanos pensadores e críticos. Já a família prepara através de valores, padrões comportamentais, promovendo o exemplo para que a criança seja inserida na sociedade. Segundo Reali & Tancredi (2003, *apud* OLIVEIRA e ARAÚJO, 2010):

Esses dois sistemas têm objetivos distintos, mas que se interpenetram uma vez que “compartilham a tarefa de preparar as crianças e os jovens para a inserção crítica, participativa e produtiva na sociedade”. A divergência entre escola e família está na tarefa de ensinar, sendo que a primeira tem a função de favorecer a aprendizagem dos conhecimentos construídos socialmente em determinado momento histórico, de ampliar as possibilidades de convivência social, ainda, de legitimar a tarefa de promover a socialização das crianças, incluindo o aprendizado de padrões comportamentais, atitudes e valores aceitos pela sociedade (p. 4).

Para as autoras na visão sociológica, família e escola se diferem entre valores coletivos e valores individuais, e, muitas vezes, têm conflitos quando se trata de educação familiar e escolar. Portanto, a família e a escola partilham a tarefa de preparar os indivíduos para uma vida econômica, social e cultural, mas os objetivos na tarefa de ensinar são diferentes: “Enquanto no enfoque sociológico a família é responsabilizada pela formação social e moral do indivíduo, no enfoque psicológico ela é responsabilizada pela formação psicológica” (p. 5). Neste sentido, a família é a referência de vida da criança.

Todavia, para Oliveira e Araújo (2010) o professor é quem deve criar a relação inicial entre família e escola. Para as autoras: “uma das possibilidades

para se estudar o tema da relação família-escola é conhecer as concepções de professores a respeito das famílias de seus alunos” (p. 7). Na visão dos pais a escola deveria tomar primeiro a iniciativa para o ensino e aprendizagem, e eles só complementarem o processo, assim, sendo:

Quanto à função de cada um (pais e professores), embora apresentem preocupações comuns, como o bom desempenho escolar das crianças, pais e professores acreditam ter tarefas diferentes e mostram-se relutantes em fazer aquilo que consideram ser tarefa do outro. Para os pais, os professores deveriam manter a educação escolar como sua responsabilidade, enquanto aos pais caberia assegurar que as crianças estivessem prontas para a educação escolar (BHERING, 2003, p. 8).

Já na visão dos alunos os pais mais presentes são os da Educação Infantil, pois, de acordo com as séries que estão indo, os pais se tornam menos presentes, isso se deve a vários motivos como pais que trabalham fora etc. “Entende-se que para que este desafio seja superado é necessário o desenvolvimento de pesquisas que invistam no conhecimento da relação família-escola” (p. 9). Diante dessas observações, as autoras ressaltam a importância de novas e contínuas investigações para que os profissionais da educação invistam no conhecimento para produzir pesquisas acerca da relação família e escola.

Nogueira (2005) também faz importantes estudos e contribuições sobre a relação família e escola. A autora afirma que os novos cientistas vêm pesquisando e concordando quanto ao fato que as novas dinâmicas sociais vêm causando transformações importantes nos processos educativos. A autora limita sua reflexão sobre uma nova problemática de análise na pesquisa sociológica em educação e de novos processos sociais que envolvem os representantes do campo educacional. Essa reflexão irá ter como focos principais as duas dimensões da realidade atual: a sociológica e a social. Na sociológica a autora aborda “o desenvolvimento das problemáticas sociológicas e as novas tendências no tratamento reservado a categoria família, pelos sociólogos da educação contemporâneos” (p.1). Na social concentra-se suas perspectivas nas modificações sofridas pela família e pelo sistema escolar atual. A autora ainda, analisa as grandes tendências que dão início nas relações entre as famílias e a instituição escolar.

Nesse contexto, a autora complementa que a família já se fazia presente na estrutura sociológica desde a década de 50 e 60: “com a corrente de pesquisas hegemônica à época e que hoje denominamos <<empirismo metodológico>>” (p. 2). De acordo com Nogueira (2005) a novidade hoje é o modo de tratamento que os novos sociólogos vêm a ela reservando. No final da segunda guerra mundial os principais países ocidentais industrializados registraram absoluto crescimento de seus sistemas nacionais de ensino “possibilitado pela prosperidade econômica dos <<Trintas gloriosos anos>> e pela constituição do <<Estado do bem estar Social>>” (p. 2). Devido a essas situações nota-se o aparecimento de toda uma corrente de pesquisas, feitas pelos cientistas sociais, onde o tema central são as relações entre o sistema escolar e a classificação das pessoas em grupos com base em condições socioeconômicas comuns. Nesse sentido, a autora aponta os fenômenos estudados em alguns países entre os anos de 1950 e meados da década de 60 e o que eles demonstraram:

Nos Estados Unidos (o <<relatório Coleman>>), na Inglaterra (a <<aritmética política>>), e na França (a <<demografia escolar>>), viu no meio familiar de origem, em particular sua dimensão sociocultural, um poderoso fator explicativo das desigualdades de oportunidades escolares entre os educandos (NOGUEIRA, 2005, p. 2).

No entanto, essa pesquisa tinha como objetivo saber a estrutura familiar expressa de formas variáveis “como a renda, o nível de instrução e a ocupação dos pais, o número de filhos: o lugar da criança na fratria etc.” (p. 2). Esses resultados indicaram que vantagens econômicas tinham efeito menor no desempenho escolar das crianças, diante dos fatores socioculturais, com isso, certas famílias foram mais capazes que outras de demonstrarem e incentivarem ao êxito escolar devido sua valorização e interesse pelo estudo dos filhos.

Nogueira (2005) afirma que já na década de 70, o contexto histórico foi marcado pelo paradigma da Reprodução tanto pela vertente marxistas: “como pela obra de Baudelot e Passeron (1971) na França e a de Boweles e Gintis (1976) nos EUA - quanto em sua vertente << Culturalista >> - com os célebres trabalhos de Bourdieu e Passeron (1964 e 1970) na França” (p. 3).

A autora observa que, no entanto, por um lado, as análises sociológicas que foram realizadas até o fim da década de 70, mesmo assim não deixaram de

reconhecer o papel da família na escolaridade dos estudantes, por meio dos processos de socialização primária, por outro lado, elas promovem sua diminuição, devido as condições de classe do grupo familiar, tirando sua obrigação de se submeter a observação empírica, ou seja, seu funcionamento interno das famílias, em sua relação com a escola “permanecia como uma caixa preta intocada” (p. 4).

Nesse processo histórico, de acordo com a autora, chegamos na atualidade a partir, dos anos 80, onde se caracteriza por um grande processo de reorientação dos objetos de conhecimentos e dos métodos investigativos da sociologia da educação. Devido ao processo das macro-estruturas, para as práticas pedagógicas cotidianas, onde surge novas formas de focalizar o assunto: “o estabelecimento de ensino, a sala de aula, o currículo, a família” (p. 5).

É nessa macro-estrutura que a autora enfatiza o surgimento de um novo campo de estudos que se ocupa das trajetórias escolares dos indivíduos e das estratégias utilizadas pelas famílias no decorrer desses itinerários escolares, onde um novo referencial de análise que busca ir além da clássica sociologia da escolarização: “que fizera das desigualdades de oportunidades, uma evidência” (p. 5), na tentativa de construir uma sociologia cotidiana e experiências escolares.

Para a autora discorrer a evolução das problemáticas e a relação que a família mantém com a escola, pode simplificar, notar sua passagem de uma sociologia das desigualdades de educação, que se volta para análise de determinismos sociais e culturais. A partir de procedimentos etnológicos a autora, detalha “como as diferenças de classe relacionada aos recursos culturais possuídos impactam, a organização do dia a dia da família e o destino dos filhos” (p. 6).

Nesse novo contexto histórico a autora faz levantamento de algumas questões, a primeira seria associar-se ao grau de autonomia que possuem as práticas e estratégias educativas das famílias em relação a classe social a que pertence. Nesse sentido, aprofunda seus estudos em Duru-Bellot e Van Zanten (1999, p.169, *Apud* Nogueira, 2005):

Hoje em dia, em contrapartida, numerosos trabalhos analisam os diversos efeitos das práticas educativas familiares sobre as trajetórias escolares dos alunos. Essas práticas se revelam, aliás, mais preditoras dos destinos escolares do que a origem social, mesmo se existe uma forte correlação entre os dois tipos de variáveis (p. 6).

Portanto, com a intenção de melhorar sua compreensão sobre o tema os pesquisadores passaram a formular novas perguntas, em relação a diversidade diversificada entre famílias de um mesmo meio social, no que consiste suas histórias e projetos e seu modo de funcionamento, “seja na heterogeneidade existente no interior do grupo familiar, no que se refere as disposições de cada um de seus membros” (p. 6), ou na própria divisão interna de um mesmo indivíduo que tem seus conflitos e tensões na forma de ver seu filho competitivo bem sucedido e feliz na vida escolar. No entanto, os novos sociólogos têm essa preocupação em combater as tendências hipersociológicas que centram, na noção de transmissão da herança um obstáculo epistemológico e que critica a ideia dessa transmissão automática de pai para filho. Com base em estudos científicos, demonstra-se que a transmissão não é inflexível, pois, ela permite que o herdeiro tome posse e desenvolva todo um trabalho de apropriação para tomar posse do patrimônio parental.

## **2.2 Novas perspectivas na relação família e escola**

Contudo, surge uma outra problemática na atualidade que diz respeito a natureza das lógicas e as estratégias das famílias no processo de escolarização, a autora afirma, que os estudos sociológicos se destacavam em duas perspectivas:

Aqueles que sublinham o caráter utilitarista das práticas familiares, acentuando as condutas de investimento que buscam a rentabilidade econômica e ocupacional dos produtos da escolarização (diploma, distinção profissional) e aqueles que acentuam a dimensão identitária das ações das famílias que encontram sua lógica na mobilização em favor da constituição da identidade social e da aquisição de qualidades morais requeridas para uma boa integração a certos meios sociais (HENRIOT-VAN ZANTEN, 1996, *Apud* NOGUEIRA 2005, p. 7).

Nogueira (2005) faz uma reflexão sobre quais foram os motivos que levaram o aparecimento dessas novas formas de tratamento sociológico, e o que

levou os sociólogos a analisarem e desejarem conhecer os processos e as dinâmicas intrafamiliares, suas práticas socializatórias, e as estratégias educacionais ocorridas internamente no ambiente familiar. Enfatiza, que a sociologia da educação esteve indiferente ao movimento que afetou as ciências sociais nas últimas décadas, quando surgiu os novos modos de compreensão social que “passaram a enfatizar, a autonomia relativa dos sujeitos em suas ações, representações, valores e a conceber a realidade social como resultante de um trabalho de construção permanente por parte dos atores sociais” (p. 7).

Com isso, iniciou-se uma fase de grandes pesquisas sobre a vida privada da família. No entanto, as próprias concepções familiares sofrem alterações, sem deixar de lado as condições externas, deixando-se de desenvolver como mero reflexo da classe social, “para enxergar nele um ator social portador de um projeto próprio e resultante de uma dinâmica interna” (p. 7). O destaque será na atividade própria do grupo familiar, onde se define especificamente por sua dinâmica e sua forma de se relacionar no meio social, as orientações familiares funcionam com mediação entre as condições socioeconômicas, e as condutas educativas e a relação com a escolaridade do filho.

A autora confirma, que esse fenômeno é fruto do novo contexto social, que resulta de mudanças tanto no seio familiar, como no sistema escolar, o aspecto mais visível desse novo contexto e mais importante, consiste no aprofundamento dos laços que unem essas duas formas de socialização, a escola e a família, “cujas, esferas de atuação passaram a se intesectar, com a escola reconhecendo cada vez mais na família um parceiro importante” (p. 8), para a finalidade de formação de indivíduos.

Portanto, desde a metade do século XX, mudanças importantes vêm afetando, tanto a família, quanto a escola, levando ao aparecimento de novos laços e novas formas de convivência dessas duas instituições de socialização. A família sempre apresenta suas configurações próprias a cada momento social e contexto histórico, mesmo reconhecendo sua universalidade, ainda continua sendo um a fator a ser observado. Isso se deve a balanços demográficos, decréscimo do número de casamentos, taxas de divórcios, diversificação de arranjos familiares, a limitação da prole, associada a generalização de trabalho feminino, e o avanço da tecnologia:

Se no passado a procriação constituía a finalidade principal e natural do casamento e as altas taxas de mortalidade infantil tornavam incerta a sobrevivência de um filho, na contemporaneidade este deriva de uma decisão do casal, que agora detém meios de controlar o tamanho da prole e o momento da procriação (NOGUEIRA, 2005, p. 8).

Por isso, a economia mostra que ao longo do tempo, a família passou de uma unidade que produz, para uma unidade que consome. Para a autora, muitos desses fatores, dentro os quais se incluem sobretudo a proibição do trabalho infantil, a extensão dos períodos escolares obrigatórios e a criação do sistema de seguridade social: “fez, com que os filhos deixassem de representar para os pais uma perspectiva de aumento da renda familiar ou de recurso contra suas inseguranças no momento da velhice” (p. 8). As mudanças ocorridas tornam-se o meio principal para investir nos filhos e oferecer as melhores oportunidades possíveis.

A autora observa ainda, que de capital a criança se transforma em custos econômicos ou bem de consumo afetivo, onde o lugar que ocupa na família sofre grandes modificações. A criança passa de um elo de cadeia geracional, para o centro da afetividade familiar, ou seja, que viria ao mundo apenas para satisfazer necessidades relacionais familiares. Segundo a autora esse novo lugar que se encontra a infância, estão citadas na obra do historiador Phillipe Ariès (1981) que “formulou as teses da família moderna voltada para seu interior, inaugurando o amor conjugal e a intimidade familiar” (p. 9). A autora observa que o historiador em sua obra discute acerca do processo de sentimentos nas relações familiares que contrapõe o enfraquecimento das funções instrumentais da família como, a reprodução biológica, cuidados materiais, descendência, em vantagem de suas funções emotivas.

Entretanto, a autora adverte que é preciso tratar essas teses e argumentar que é um equívoco pensar, que todas as funções instrumentais da família haviam desaparecidos, e, por outro lado, que as relações afetivas fossem inteiramente inexistentes na pré-modernidade. Embora a autora acredite que o aspecto afetivo tenha se desenvolvido e intensificado, para ela: “a criança constituiu e constitui sempre um duplo investimento para a família, instrumental e afetivo, e as duas dimensões permanecem muito importantes ainda que tenham sofrido certas transformações” (p. 9). Portanto, todos esses fatores influenciarão numa

reconfiguração do lugar do filho que sofrerá forte desenvolvimento e diversificação do papel educativo da família.

Já as funções de socialização que antes se realizava predominantemente no meio social mais amplo, hoje ganham mais credibilidade dentro do grupo familiar, que torna um ambiente de diversas transmissões: “de posturas corporais, de valores e condutas morais, de habilidades intelectuais, de saberes” (p. 9). Dentro das relações familiares um processo de democratização se instalará, fazendo que cada vez menos a posição e o poder de cada membro familiar assentem em elementos estatutários, em direitos da valorização de suas escolhas e da vida privada de cada membro, como manifestação do próprio eu. Com isso, a família igualitária, está pouco a pouco substituindo a hierárquica: “Na família contemporânea, a noção de respeito não desapareceu, ela mudou de sentido” (p. 10), onde não mais reconhece como autoridade uma única sociedade, e, sim, que todo indivíduo tem direito, sendo pequeno ou grande de ser considerado pessoa.

Segundo a autora no meio desse movimento surgem novos valores educacionais, que priorizam o respeito pela individualidade e pela autonomia do indivíduo, onde a relação pai e filho agora é através de comunicação, diálogo, não mais pelo autoritarismo. No entanto, dessa forma os pais providenciam o bem-estar psicológico para os filhos. Esse novo modelo de família vem para se tornar intensa a responsabilidade na relação parental de pai e filho. Essa nova forma de se relacionar entre pai e filhos está funcionando como espelho, para refletir seus acertos e erros em relação as práticas educativas, sendo elas acompanhadas de orgulho, ou de culpa. Segundo o sociólogo familiar F. Godard (1992, *Apud* NOGUEIRA, 2005):

Tudo se passa como se o êxito do filho constituísse uma espécie de símbolo do êxito pessoal dos pais, do bem fundado de seus valores e de sua concepção de educação: como se esse êxito se tornasse para os pais um critério fundamental de sua auto-estima (NOGUEIRA, 2005, p. 10)

Para a autora os pais tornam-se responsáveis pelo êxito ou fracasso dos filhos na vida escolar ou profissional, quando trazem para si a responsabilidade de colocá-los da melhor forma na sociedade. Com isso, criam muitas estratégias buscando ao máximo as melhores chances de sucesso do filho, principalmente

junto do sistema escolar que ganha importância como instância legalizada individual e que define destinos ocupacionais. Por torna-se quase impossível a transmissão direta dos ofícios dos pais aos filhos: “o processo de profissionalização passa cada vez mais por agências específicas, dentre as quais a mais importante é, sem dúvida, a escola” (p. 10).

Entretanto, junto desses fenômenos importantes modificações atingem também o sistema escolar e os processos de escolarização. Embaixo de diversos fatores como: as legislações de extensão da escolaridade obrigatória, as políticas de democratização do acesso ao ensino, a complexificação das redes escolares e a diversificação dos perfis dos estabelecimentos de ensino, as mudanças internas nos currículos, nos princípios e métodos pedagógicos. Isso só intensifica que a escola de hoje influencia no dia a dia da família contemporânea. A autora faz observações em relação ao movimento escolanovista que aconteceu no início do século XX, onde os métodos pedagógicos tradicionais passam a ser questionados em contraposição onde as pedagogias eram centradas no aluno, e as crianças eram tratadas como um adulto em miniatura, essa concepção se recusava a aceitar essa forma de ver a infância. Por outro lado: “Essas novas perspectivas encaram o aluno como um elemento ativo do processo de ensino-aprendizagem” (p. 11). Todos esses princípios que se fizeram presente no passado, revestem-se nos dias de hoje como preocupação, afinal, de um lado está a família com seus métodos educativos, e do outro lado a escola com seus métodos escolares. No entanto, a instituição escolar contemporânea faz seu trabalho educativo, baseado nas vivências que o aluno adquire em casa.

Portanto, o discurso escolar hoje é ter a necessidade de conhecer melhor a família, para bem compreender melhor a criança e continuar a manter sua própria ação educacional e da família, e o meio encontrado para ideais pedagógicos foi o diálogo com os pais. Um outro fator que vem para somar com essas ações escolares, foi a flexibilização curricular da escola que busca para além de suas funções tradicionais de funcionamento cognitivo, um pouco para si a responsabilidade do bem-estar psicológico e desenvolvimento emocional do aluno. Nesse sentido Montandon (2001, *apud* NOGUEIRA, 2005) afirma que:

Na medida em que [...] há uma maior preocupação com a felicidade e o desenvolvimento da criança, onde os educadores não se atêm exclusivamente ao desenvolvimento cognitivo da criança, na medida em que a escola utiliza uma pedagogia invisível e em que a socialização aí feita tem vindo a ser menos neutra, mais personalizada, o território afetivo da família é, de qualquer forma, invadido [pela escola] (NOGUEIRA, 2005, p. 11).

Portanto, sobre esse argumento da necessidade de conhecer o aluno, e buscar ajustar a ação pedagógica, os educadores atualmente buscam conhecer o mais íntimo da vida familiar do aluno: como crises, separações conjugais, doenças, desempregos e etc. Nesse sentido, a autora observa que a escola está levando sua área de atuação a terrenos reservados que no passado, eram apenas para a socialização familiar, um exemplo seria a educação afetivo-sexual. Sobre isso, os sociólogos citam uma verdadeira redefinição da divisão dos trabalhos entre essas duas instâncias. Surge então no meio escolar, um conjunto de serviços oferecidos por especialistas, como psicólogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos, etc. para ajudar no núcleo familiar. Nesse sentido, hoje a família vem penetrando forte crescimento nos espaços escolares, e a escola por sua vez está cada vez mais, permitindo esse espaço de interação com a família.

Portanto, sobre essa relação família e escola a autora enfatiza, que hoje essa relação está mais próxima do que no passado, por diversos fatores já citados acima. E esboça à guisa de conclusão sobre as grandes tendências do entorno dessa relação, e que três processos respondem por essas mudanças: “o primeiro é o processo de *aproximação* dessas duas instâncias no âmbito da sociedade” (p. 12), onde escola e família intensificam suas relações de modo nunca antes conhecido. Hoje a presença dos pais no ambiente escolar e sua participação nas atividades escolares tornam-se mais comuns, ao contrário do passado que só estavam presentes em reuniões de pais e mestres e reuniões oficiais. Na atualidade a escola oferece em seu projeto pedagógico: cursos e jornadas envolvendo os pais, festas das famílias e diálogo entre professores e pais na entrada e saída da escola. “O segundo processo, decorrente do primeiro, mas não completamente redutível a ele, é o de *individualização* da relação” (p. 13). E, por fim, o terceiro processo refere-se à *redefinição dos papéis*, como já foi citado acima a divisão do trabalho entre ambas as partes. Além disso, a

divulgação das ideias e direitos das crianças, dá direito à família de cobrar da escola o conteúdo e a natureza de seu ensino.

Porém, todos esses processos ocorrem com tensões e contradições, o fato é que essa relação família e escola pode ocorrer de diversas formas com sentido diferente, e isso contribui para que os sociólogos continuem sua investigação. A autora conclui essa reflexão afirmando que esse estudo foi apenas para refletir sobre a gênese de um fenômeno.

Entretanto, nessa aproximação entre escola e família quem ganha é a criança, pois, discutir, refletir esse assunto junto com as autoras me proporcionou novos saberes e descobrir que nesse processo de ensino e aprendizagem as crianças que tem melhor desempenho escolar são as que tem um acompanhamento dos pais. Assim sendo, considera-se que a família na relação com a escola participa do sucesso escolar de diferentes maneiras e que suas ações contribuem ou não na vida escolar dos filhos.

No próximo capítulo será apresentada uma pequena discussão acerca do momento atual da educação frente a pandemia da covid 19. Não era intenção inicial desta Monografia realizar esta discussão, porém, no percurso desta, ocorreu esse acontecimento mundial que afetou todas as instâncias da vida social.

## **CAPÍTULO 3**

### **A RELAÇÃO FAMÍLIA ESCOLA: UM BREVE OLHAR NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID 19**

Em tempos de pandemia da Covid-19, tudo tem sido diferente. As aulas deixaram de ser presenciais e passaram a ser a distância nas plataformas virtuais, para a educação o momento é complicado para todos. Neste capítulo os artigos de relatos de autores e professores frente ao contexto atual, faz breve discussão e observações de como se adaptar as dificuldades atuais, tanto na educação como na família e sociedade, fazendo uma análise perspectiva da educação nesse contexto e nos pós pandemia.

#### **3.1 – A relação família no contexto da pandemia da covid 19**

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) da Universidade Federal da Paraíba através de uma pesquisa faz observações a atual situação de emergência decorrente do covid-19. O governo e os órgãos sanitários determinam o distanciamento social e medidas de prevenção contra o vírus. Com o convívio do isolamento familiar, ocorre alterações: aumento de conflitos e até mesmo casos de violência doméstica. Levando em conta as particularidades de cada família, o fortalecimento desses laços é de fundamental importância para uma convivência saudável. Nesse sentido, a equipe de Serviço Social da Divisão de Qualidade de Vida e Saúde DQVS/CQVSST da PROGEP, em parceria com o Ministério da Saúde, apresentam dicas para ajudar a manter o ambiente familiar harmonioso e saudável como: manter um bom diálogo, saber a hora de falar e de ouvir, buscar uma interação social melhor não por meio de celulares

ou computadores e sim um diálogo olho no olho e realizar atividades junto com o grupo familiar.

Nessa pesquisa observa-se que com o aumento da convivência familiar, por causa da pandemia, seria uma boa forma de se investir em atividades que integrem o núcleo familiar e novos hábitos para melhor convivência, “entendemos a complexidade do atual contexto pandêmico mediante seus impactos em várias áreas da vida: social, profissional, financeira, emocional, entre outras” (p. 2). Entretanto, a pesquisa aponta que com essa pandemia a organização sanitária, 1/3 da população tende a apresentar sintomas relacionados com a insegurança e o adoecimento mental, por todo esse contexto destaca-se a importância do papel da família.

No que diz respeito a educação e o papel da família na escola dos filhos durante a pandemia, Bernardo (2020) enfatiza que foi feita uma pesquisa onde professores afirmam que os pais têm participado das tarefas escolares à distância. Conta relatos vividos por professores de 1º, 2º e 3º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental, cita-se a dificuldade que os professores encontram com o ensino a distância, mas que estão aprendendo a superar utilizando meios para incentivar as crianças a realizarem suas tarefas de forma virtual, sem ter que sair para comprar qualquer tipo de material para realização das tarefas escolares nesse momento de pandemia, utilizando o que tem em casa para realizar as tarefas.

Portanto, foi feita uma pesquisa sobre *A situação dos professores no Brasil durante a pandemia*: “realizada entre os dias 16 a 28 de maio, informando que 31,9% dos docentes afirmam que a maioria dos pais e responsáveis tem participado das atividades escolares” (p. 2). Na rede privada 58%, na rede pública 36%, não é um índice baixo segundo Bernardo (2020) diante da situação atual vivida e a forma como as famílias estão se adaptando para passar por essa fase do contexto atual e manter seus filhos na escola. Para Alice Junqueira, coordenadora de projetos do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC) “o número mostra também que os familiares e responsáveis, ainda que com limitações, estão dedicando tempo e investindo recursos para ajudarem na aprendizagem dos filhos” (p. 2).

No entanto, Bernardo (2020) afirma que os desafios que enfrentam pais e professores são muitos para esse ensino a distância. Uma das professoras Jane

de Luca do Rio Verde (MT) relata dois desafios com o ensino a distância: a adaptação às novas tecnologias e a perda da privacidade. Porque mesmo com os treinamentos on-line a professora estava acostumada a dar aula presencial, e se adaptar ao momento com o distanciamento social a dar aulas on-line foi um pouco estressante, pois, até aprender a mexer nas ferramentas e se adaptar a ela custou muito. E a professora continua relatando que desde que a pandemia começou não tem mais horário para nada, trabalha uma média de 14 horas por dia, sete dias na semana não sabe mais o que é sábado, domingo ou feriado. Seu whatsapp fica recebendo mensagens a qualquer hora e momento do dia. Em um segundo relato a professora Tatiana faz um comentário significativo, onde informa que os pais também têm seus perrengues, e que mesmo assim tentam ser atuantes e participativos nas tarefas escolares dos filhos. E ainda relata que os alunos da rede pública têm mais dificuldade para se comunicar on-line: falta de internet, as vezes a conexão cai, o pacote de dados acaba e outros inconvenientes.

No entanto, quando se trata dos alunos da Educação Infantil e dos anos iniciais do Fundamental “apenas 3% dos professores afirmam que todas as famílias têm participado; na Educação Infantil, 51% dos professores relatam que poucas famílias têm participado e 32% que a maioria tem participado” (p. 2). Portanto, já nos anos iniciais esse índice é respectivo de 43% e 42%, os pais dos alunos menores são bastante participativos, sentam ao lado dos filhos para ajudar nas atividades escolares afirma a professora, e dos alunos maiores não são muito, por querer dar autonomia aos filhos, não sentam do lado para ajudar nas atividades e os alunos acabam não fazendo as tarefas. Esse, e outros empecilhos encontram os professores da rede pública e privada. E com isso, estão se esforçando da melhor forma para levar o conteúdo de uma forma criativa aos seus alunos, estão sempre criando e inovando formas de levar o conteúdo.

Com isso, as professoras Jane e Tatiane são de opiniões que, mesmo com todas essas dificuldades, a relação entre família e escola melhorou durante a pandemia, ficou mais próxima, intensa, colaborativa: “A família se obrigou a participar mais da vida escolar de seus filhos, isso para a vida escolar da criança, é excelente afirma a professora de Lucas do Rio Verde (MT)” (p. 3). Já a professora Tatiana afirma que, antes do confinamento as famílias eram mais

afastadas, nem ligavam para as atividades escolares dos filhos e hoje se interessam mais, correm atrás da melhor forma de ajudar seus filhos. E complementa que todos somos elos de uma mesma corrente, onde precisamos nos ajudar.

No entanto, as professoras concordam que quando as aulas presenciais voltarem, tudo vai ser diferente. Que os pais vão dar mais valor à escola do que antes da pandemia, pois, durante o confinamento familiar sentiram como foi difícil colocarem os filhos para fazerem as tarefas escolares e descobriram que não é só abrir o livro e achar que está tudo certo. Essa quarenta deixa claro que a família e a escola precisam se unir, com um mesmo objetivo: a educação das crianças. Para a psicóloga Alice Junqueira essa pandemia da COVID-19, está aprofundando a relação entre escola e família e os professores estão tendo a oportunidade de entrar nas casas das famílias virtualmente. Com isso, a escola está conhecendo as profundas dificuldades que os alunos enfrentam: “da mesma forma, a especialista pondera que os pais também estão tendo a oportunidade de conhecer melhor os professores dos filhos e de valorizar o trabalho docente” (p. 3). Com essa aproximação família e escola fica evidente que essas duas instituições podem caminhar juntas, da mesma forma que ocorre no espaço virtual, isso pode ocorrer no presencial, já que num momento tão difícil se uniram. A especialista afirma que com essa experiência vivida, poderá melhorar as aulas presenciais, por meio de propostas lúdicas que envolvam pais e filhos.

Nogueira e Resende (2020) afirmam que a pandemia resultante da COVID-19 causou grandes crises no campo educacional, levando a suspensão imediata do período escolar letivo presencial em quase todos os países, onde aproximadamente 1,5 bilhão de alunos tiveram que ficar confinados em suas casas. Dentre as inúmeras preocupações a autora pergunta:

Como o confinamento está afetando e irá afetar, no retorno às aulas, as já fortíssimas desigualdades escolares existentes entre os alunos dos diferentes grupos sociais? As conhecidas distâncias de proficiência entre crianças e jovens cultural e economicamente favorecidos e seus pares desmunidos poderão aprofundar-se ainda mais? Infelizmente tudo parece indicar que sim. (NOGUEIRA e RESENDE, 2020, p. 1).

As autoras citam exemplos de pesquisadores internacionais, em que se observa há muito tempo períodos mais ou menos extensos de interrupção de

aulas, como recessos prolongados e, especialmente, as férias longas de verão. Os resultados tendem a concluir que o meio social e as condições de vida dos alunos impactam nesse fenômeno. Medindo a qualidade de cada aluno, antes e depois da pausa escolar, por meio de testes e em condições científicas controladas, os investigadores concluíram que os alunos procedentes de meios sociais desfavorecidos apresentam, no retorno as aulas, bem mais perdas em seus níveis de aprendizagem, em relação aos alunos de nível social mais favorecido. Trata-se do revés de verão, onde os pesquisadores evidenciam essas pesquisas como um importante fator de “desigualdade de desempenho entre alunos ricos e pobres - especialmente no caso das habilidades de leitura” (p. 2).

As autoras enfatizam que na América do Norte, isso tem levado a diversos programas de intervenção, visando menos efeito desse acontecimento. Seja, nas formas de ações pedagógicas, posta em práticas no retorno; ou ações preventivas, onde a leitura para as crianças será realizada com o auxílio e incentivo dos pais dos educandos. No entanto, as autoras explicam as razões que os pesquisadores levantaram para esses reveses: o estilo de vida das crianças e em particular, como as crianças utilizam seu tempo livre isso varia fortemente segundo o meio social. Com isso, afirma que as crianças favorecidas são as que mais praticam a cultura escolar. Para os pesquisadores alguns estudos revelam que mesmo quando o tempo é para atividades extraescolar de enriquecimento cultural “(visitas a museus, etc.) os modos desse e seus benefícios são desiguais, variando conforme o meio social do educando” (p. 2).

Mesmos essas pesquisas não sendo no Brasil, essas conclusões fazem todo sentido diante do que se conhece sobre as desigualdades educacionais em nosso país. Portanto, crianças e jovens que são de famílias desfavorecidas economicamente enfrentam todo o tipo de barreira para permanecerem na escola e continuarem suas trajetórias, enfrentando dificuldades materiais até a distância cultural em relação ao universo escolar. Nesse contexto, o distanciamento temporal, tende a ter efeitos maiores do que para outros grupos sociais. Os alunos desse grupo social desfavorecido, pode frequentemente, abandonar a escola e levar à evasão. Portanto, as autoras afirmam que a situação atual é muito mais complexa do que já foram notificadas nas pesquisas: “seja pela interrupção abrupta e não planejada, seja pela indefinição sobre a

duração do período de fechamento da escola” (p. 2), por possibilitar outras crises que também podem levar a novos períodos de isolamento social, dentre outras situações. Diante dessa pandemia, alguns sistemas educacionais em todo o mundo, para continuar com o processo de ensino-aprendizagem, buscam meios não presenciais, o que também é alvo de muitas polêmicas, levando a continuação da discussão das desigualdades.

As autoras informam que entre março e abril de 2020, nos sistemas educativos de 59 países, os desafios citados foram:

Falta de acesso a recursos digitais e de habilidades para operá-los, tanto por parte de professores quanto de estudantes e famílias; aumento da carga de trabalho para os professores e funcionários, que não tiveram tempo e condições para se preparar; aumento de custos tanto para escolas quanto para famílias; dentre outras (NOGUEIRA e RESENDE, 2020, p.3).

Por outro lado, essa pesquisa também aponta que apesar de todas essas dificuldades, o sistema escolar tem buscado muitos meios para continuar o processo de ensino e aprendizagem e manter o vínculo entre escolas, estudantes e famílias. Esses meios não são somente o uso das plataformas digitais, muitas escolas juntas com professores têm criado recursos mais tradicionais como: gravação de vídeo aula com CDs/DVDs, materiais impressos e enviados pelos correios. Nesse caso seria um apoio, tanto para professores e funcionários da educação, bem como para alunos em situações mais vulneráveis, esses meios foram citados na pesquisa como condição fundamental para implementar medidas adequadas capazes de diminuir um pouco o impacto da crise com ênfase na inclusão e na igualdade.

Entretanto, segundo as autoras, no Brasil e países marcados por profundas desigualdades, essa implementação de aulas remotas sem uma atenção especial às condições de professores e estudantes e suas famílias, pode não ter grandes efeitos do ponto de vista da inclusão e da equidade:

Porém, a inação diante da suspensão das aulas certamente não é uma solução face à desigualdade, podendo, também, redundar em mais um duro “revés” para os grupos que, a partir de situações desfavoráveis, lutam para fazer valer o seu direito à educação (NOGUEIRA e RESENDE, 2020, p. 3).

A pandemia provocada pela Covid-19 afetou todas as áreas sociais, mais segundo os estudos afirmados acima, quem mais sofreu foram os alunos de situações desfavoráveis. Devido, a situação econômica e porque seus direitos de igualdades ainda lhes são negados, mesmo aqui no Brasil aonde a lei garante educação para todos.

Portanto, devido ao contexto atual, a relação família e escola no Covid-19 tem sofrido alguns revezes para se adaptar à situação atual. Percebe-se que nos estudos e relatos verificados pelos autores, no início dessa pandemia foi difícil, tanto para família como para a escola, se organizarem para esta nova realidade. Hoje esse cenário tem sido revertido, as pesquisas que os autores realizaram verificam que a família vem dando valor nas atividades escolares dos filhos. Pois os autores concluem, de forma otimista, que quando tudo isso acabar, família e escola irão caminhar mais unidos e ter um olhar diferente para a melhor forma de acompanhamento e parceria no processo de ensino e aprendizagem das crianças.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise mais profunda sobre a relação família e escola e como essa relação impacta na aprendizagem da criança. Para a sociedade, a família promove a união e estabelece um momento de participação entre pais e filhos, além de ensinar, a conviver socialmente enquanto primeiro espaço de socialização. Pois, tanto a família como a escola desejam preparar a criança para o mundo numa perspectiva cultural e social. No capítulo um deste estudo, Oliveira (2009) discute o contexto histórico familiar e como a família era baseada no casamento monogâmico, relacionamento com apenas um parceiro, e que esse contexto familiar passou por transformações, principalmente, com a implantação do capitalismo, o qual possibilita a entrada da mulher no mundo do trabalho, e não mais apenas em seu lar sobre o regime patriarcal do marido, e que mesmo tendo que trabalhar fora e depois voltar pra casa e trabalhar nos serviços domésticos a mulher já estava aos poucos ganhando sua independência.

Com relação ao capítulo dois do presente estudo, busco aprofundar meus estudos nas observações feitas por Oliveira e Araújo (2010), que apresenta os modelos existentes de famílias, os quais modificam a configuração familiar, pois se antes a família poderia ser formada por apenas um conjugue e seus filhos, hoje presencia-se uma configuração em que a família se organiza não mais no único modelo onde a presença de um homem e uma mulher era determinante. Com as várias mudanças ocorridas na sociedade atual, a estrutura e a organização familiar também sofreram alterações e cabe agora a escola compreender essas mudanças, procurando aproximar a família do contexto escolar.

Nogueira (2005) complementa que os métodos de ensino e aprendizagem sofreram transformações e que o ensino não mais tradicional e, sim, busca várias concepções diferentes em que o processo de ensino e aprendizagem não mais é só centrado no aluno, que a dinâmica escolar agora tem novas aberturas para

os pais dos alunos, pois a família participa de um lado e a escola realiza sua função pedagógica do outro, e, com isso, quem sai ganhando é a criança. Para tanto, afim de manter uma relação de confiança mútua e alcançar resultados educacionais satisfatórios, faz-se necessário a parceria entre a instituição escolar e a instituição familiar, para isso a escola precisa manter um diálogo com a família, buscar informar os pais sobre a importância da participação dos mesmos para a aprendizagem e o desenvolvimento de seu filho, e para que isso aconteça os dois lados precisam estar visando os mesmos ideais. Assim, para esse processo acontecer, a escola precisa conhecer a realidade das famílias, o contexto em que as mesmas estão inseridas.

Quanto ao capítulo três, não era de meu foco falar sobre a Covid-19, mais o contexto atual me proporcionou ter um breve olhar para a situação. A pandemia mudou o contexto de ensino da escola e todas as crianças foram obrigadas a ficar confinados em suas casas com suas famílias, tendo que estudar virtualmente, e, com isso, mudou o cenário de ensino e aprendizagem.

No entanto, como as demais instituições sociais, a família e a escola passam por mudanças que redefinem sua estrutura, seu significado, sua organização e o seu papel social. No decorrer do tempo os papéis da escola foram ampliados para dar conta das novas demandas e reconfigurações da família e da sociedade, este é um fato que não pode ser negado e precisa ser cada vez mais objetivo aprofundado de estudos, para que o direito à educação de qualidade seja de fato garantido à todas as crianças e adolescentes.

## REFERÊNCIAS

NOGUEIRA, Maria Alice. **Ânalyse Social**, vol. XI. BH, 2005.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; ARAUJO, Claisy Maria Marinho. **A relação família-escola: intersecções e desafios**. São Paulo: Campinas, 2010.

OLIVEIRA, Nayara Dutra Hakime. **Família Contemporânea**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

[Progep.ufpb.br/progep/contentes/em-destaque/convivência-familiar-no-contexto-da-pandemia-do-covid-19](http://progep.ufpb.br/progep/contentes/em-destaque/convivencia-familiar-no-contexto-da-pandemia-do-covid-19).

[Http://novaescolas.org.br/conteúdo/19474/da-pandemia-nasce-uma-nova-relacao-entre-escola-e-familia](http://novaescolas.org.br/conteúdo/19474/da-pandemia-nasce-uma-nova-relacao-entre-escola-e-familia).

[Pensaraeducacao.com.br/blogpensaraeducacao/a-pandemia-e-os-reveses-educacionais](http://Pensaraeducacao.com.br/blogpensaraeducacao/a-pandemia-e-os-reveses-educacionais).